

# QUARENTA ANOS DO MST E AS LUTAS NO CAMPO

*FORTY YEARS OF THE MST AND THE  
STRUGGLES IN THE COUNTRYSIDE*

*CUARENTA AÑOS DEL MST Y LAS  
LUCHAS EN EL CAMPO*

Gerson de Souza Oliveira  
Universidade de São Paulo  
gerson.oliveira@usp.br

## **Resumo:**

Fundado no fim do regime militar, o MST completou 40 anos e enfrenta seu maior desafio: como avançar na luta pela terra sem conquistas? Isso impõe ao Movimento urgência em lidar com as contradições impostas pela crise do capital e o fortalecimento da extrema direita para avançar em seu Programa de Reforma Agrária Popular. Problematizamos aqui os impasses colocados à reforma agrária após o Golpe de 1964; o surgimento e a especificidade política e organizativa do MST; e, por fim, discutimos brevemente os dilemas atuais que obstaculizam novas conquistas. A hipótese central é da mudança qualitativa na questão agrária brasileira, iniciada com a modernização agrícola dos militares e consolidada na forma do agronegócio. O texto resulta da revisão teórica sobre a questão agrária, de documentos e publicações do MST e da experiência e participação do autor em espaços organizativos do Movimento.

**Palavras-chave:** luta; reforma agrária; modernização retardatária; trabalho; capital financeiro.

Terra Livre	São Paulo	Ano 39, v.2, n.63, jul-dez 2024	ISSN 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	----------------

**Abstract:**

Founded at the end of the military regime, the MST has celebrated its 40th anniversary and is facing its biggest challenge yet: how to advance in the struggle for land without conquests? This imposes an urgent need on the Movement to deal with the contradictions imposed by the crisis of capital and the strengthening of the extreme right in order to advance its Popular Agrarian Reform Program. Here we problematize the impasses posed to agrarian reform after the 1964 coup; the emergence and the political and organizational specificity of the MST; and finally, we briefly discuss the current dilemmas that stand in the way of new conquests. The central hypothesis is the qualitative change in the Brazilian agrarian question, which began with the military's agricultural modernization and was consolidated in the form of agribusiness. The text is the result of a theoretical review of the agrarian question, MST documents and publications and the author's experience and participation in the Movement's organizational spaces.

**Keywords:** struggle; agrarian reform; backward modernization; labour; agribusiness.

**Resumen:**

Fundado al final del régimen militar, el MST cumple 40 años y se enfrenta a su mayor desafío: ¿cómo avanzar en la lucha por la tierra sin conquistas? Esto impone al Movimiento la urgente necesidad de lidiar con las contradicciones impuestas por la crisis del capital y el fortalecimiento de la extrema derecha para avanzar en su Programa de Reforma Agraria Popular. Aquí problematizamos los impasses planteados a la reforma agraria después del golpe de 1964; el surgimiento y la especificidad política y organizativa del MST; y, finalmente, discutimos brevemente los dilemas actuales que se interponen a nuevas conquistas. La hipótesis central es el cambio cualitativo de la cuestión agraria brasileña, que se inició con la modernización agrícola de los militares y se consolidó en forma de agronegocio. El texto es el resultado de una revisión teórica de la cuestión agraria, de documentos y publicaciones del MST y de la experiencia y participación del autor en los espacios organizativos del Movimiento.

**Palabras-clave:** lucha; reforma agraria; modernización atrasada; trabajo; agronegocio.

## Introdução

Este texto foi elaborado a partir da participação do autor na mesa de debate “40 anos do MST e as lutas no campo” no âmbito do VIII Congresso Brasileiro de Geografia (CBG), realizado no mês de julho de 2024, pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na Universidade de São Paulo (USP).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completou quarenta anos no mês de janeiro do corrente ano, protagonizando um legado na história da luta pela terra como o movimento social mais longevo na trajetória de lutas no campo brasileiro e como um ator político importantíssimo na realidade brasileira. Não obstante, a luta pela terra e reforma agrária estão colocadas diante de desafios aparentemente intransponíveis e que obstaculizam projeções otimistas no cenário atual.

O avanço da extrema direita em escala internacional, legitimada nas vitórias eleitorais, com seu discurso de ódio e políticas ultraconservadoras, é retroalimentada com a impossibilidade lógica do capital em favorecer a vida no planeta. Para lidar com sua própria crise, o capitalismo exige uma forma de administração violenta, a exemplo do que foi a ascensão do movimento fascista após a crise de 1929 e das necessidades de expansão do fordismo (Caldart *et. al.* 2012, p. 412-413).

É bastante sintomático que paralelo à celebração dos quarenta anos do MST, se justaponham grupos civis e militares exaltando de verde e amarelo os sessenta anos do golpe civil-empresarial-militar de 1964, realizado, entre outros motivos, justamente para frear o avanço da reforma agrária e dos movimentos sociais que à reivindicavam.

Objetivamos neste texto problematizar alguns impasses colocados à reforma agrária desde o Golpe de 1964, passando pelas condições históricas que resultaram no surgimento do MST, bem como, apresentar o que o caracteriza como movimento social, ou seja, sua especificidade política e organizativa do MST. Por fim, discutimos brevemente os dilemas atuais que obstaculizam o avanço da luta pela terra e a própria continuidade do Movimento. A questão de fundo que atravessa o texto é de uma mudança qualitativa na questão agrária brasileira, iniciada com a modernização agrícola dos militares e consolidada na forma do agronegócio.

Metodologicamente foi privilegiado a leitura de publicações sobre a questão agrária, de materiais e cartilhas do MST, assim como experiência e participação do autor em espaços organizativos do Movimento. Esta proposta metodológica poderia ser detalhada a partir da realização de inúmeros trabalhos de campo, participação em reuniões, encontros, lutas, marchas, acampamentos, assentamentos e demais espaços organizativos do MST. Deste modo, buscou-se partir do debate crítico realizado no âmbito do próprio Movimento para sistematizar sua análise e apreensão dos nexos históricos dos problemas e imbricações que os fundamentam.

Neste sentido, há uma inspiração e método na formulação de Carlos Rodrigues Brandão (1984), ainda que o resultado não seja produto de uma *pesquisa participante*, no sentido estrito. Este texto foi estruturado, em síntese, para pôr em relevo elaborações e discussões construídas no âmbito da coletividade MST. Como diz este antropólogo, trata-se de reconhecer que a própria pesquisa expressa e integra a coletividade, ou seja, “participa organicamente de momentos do trabalho de classe, quando ela precisa se reconhecer no conhecimento da ciência” (Brandão, 1984, p. 13).

## **Antecedentes históricos da luta pela terra**

A investigação sobre as raízes históricas que culminam no surgimento do MST no início da década de 1980, podem ser buscadas a partir de diversos pontos de partida e recortes analíticos. A linha interpretativa mais comum parte do histórico de lutas e conflitos no âmbito da questão agrária, ou seja, buscando compreender como se objetivou a colonização do território a partir do estabelecimento do uso, posse e propriedade da terra no Brasil (Caldart *et al.* 2012, 641). João Pedro Stédile e Frei Sérgio Görger, dois experientes militantes da luta pela terra, avaliam a fundação do MST como resultado da dialética dos conflitos e das lutas no campo, que seriam o motor de determinação da sua existência e não a exclusividade de uma data específica em sua constituição. Assim, para os dois autores, o surgimento do MST possui “várias origens, em vários locais, e sua história é composta pela soma de vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978” (Stédile; Görger apud Moura, 2000, p.131).

Esses “vários acontecimentos” compõem a narrativa dos antecedentes históricos e influências das quais o Movimento<sup>1</sup> se vincula e reivindica seu legado. Baseando-nos nesta interpretação, pode-se dizer que as sementes de seu surgimento começaram a germinar desde os primórdios da resistência negra e indígena contra a escravização e defesa do território. Este seria o “marco zero” da luta pela terra neste solo, isso não significa que haja uma conexão direta

---

<sup>1</sup> Movimento com “M” maiúsculo será empregado no texto para nos referirmos especificamente ao MST.

e teleológica dessas lutas ao longo do tempo, mas que não houve alteração nas condições que as produziram.

O elo fundamental dessa cadeia está no fato de que, após mais de quatro séculos e meio até o surgimento do MST, se mantém inalterada a desigual estrutura fundiária, concentradora da riqueza e de poder sob um sistema econômico de dominação patriarcal e racial na sociedade brasileira. Por isso autores como Clóvis Moura traçaram uma análise aproximativa entre a luta sem terra do presente com as lutas dos quilombolas, negros e camponeses pobres do passado, tendo na organização e resistência de Canudos o seu caso mais exemplar (Moura, 2000).

Moura propõe uma interpretação da luta dos camponeses brasileiros, ou da luta pela terra, a partir da sua divisão histórica em três módulos básicos. O primeira seria da luta dos escravizados para formação dos quilombos e produção de uma economia e cultura paralelas que persiste até o fim da escravidão. A segunda seria aquela inaugurada com os movimentos posteriores à organização do Quilombo dos Palmares (na Colônia) e da Cabanagem no Pará (período regencial do Império) até os movimentos de Canudos, do Contestado (primeira República) e terminando com a experiência do território livre de Trombas e Formoso em Goiás na década de 1950. Neles, assevera o autor, “a massa camponesa procurava formar comunidades alternativas para subsistir paralelamente ao modelo de capitalismo no campo” (Moura, 2000, p.119). O elemento fulcral que une estes dois módulos seria a característica marcante e revolucionária de serem:

projetos criativos de um novo universo social,  
procuravam dinamizar internamente as  
comunidades, ordená-las socialmente, estratificá-  
las independentemente dos valores e do

ordenamento de estratificação da sociedade maior (Moura, 2000, p.120).

O terceiro módulo desta proposta de divisão (o atual), tem início com a experiência das Ligas Camponesas no final dos anos 1950, que atuou até o desfecho do golpe civil-empresarial- militar de 1964. De acordo com a formulação mouriana, o fenômeno das Ligas se processou dentro de uma dinâmica bem diferente das anteriores, pois o sentido da luta era direcionado para pressionar politicamente ou “obrigar” o Estado a garantir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo para que tivessem, nas palavras do autor, um papel integrativo de legitimação social e jurídica “ao invés de criar um direito alternativo, contestatório” (*idem*) como fizeram as experiências supracitadas. Em resumo, arremata, “os movimentos anteriores às ligas eram revolucionários e o das ligas camponesas eram um movimento reformista”, mas isso “não tira o seu mérito e a sua função dentro de uma análise sociológica mais correta” (Moura, 2000, p. 120-121).

Apesar de esquemático classificar movimentos históricos tão distintos em “revolucionários e reformistas”, a análise mouriana faz um esforço crítico em compreender a história brasileira a partir da categoria luta de classes. Por isso sua análise, ao focar a agência dos/as escravizados/as e dos conflitos produzidos nas insurreições, quilombos, guerrilhas e lutas - que atravessaram o período colonial, imperial e republicano - confrontou interpretações canônicas da historiografia e sociologia acadêmica que partem da constituição de um operariado urbano composto por imigrantes europeus na transição do século XIX para o XX, para pensar o surgimento da classe trabalhadora no Brasil e, a partir daí, as lutas de classes.

O MST é fruto do mesmo elo de dominação que vincula a estrutura fundiária concentrada e escravista da *plantation colonial*

do passado ao latifúndio e o moderno agronegócio do presente. Está alinhado, portanto, a um conjunto de lutas, insurreições, revoltas e experiências organizativas ainda não totalmente estudadas e conhecidas deste longo período. Esse tema, por si só, merecia um capítulo à parte para desenvolvimento, mas aqui, apenas como ilustração, vale citar a experiência da *quilombagem* como movimento de luta permanente pela abolição da escravatura, libertação de escravizados/as e defesa dos territórios conquistados; as várias lutas travadas pelos povos indígenas de norte a sul do país; assim como de experiências mais recentes dos movimentos de luta camponesa do Contestado, Canudos, Porecatu, Trombas e Formoso, Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) organizada pelo Partido Comunista, das Ligas Camponesas e tantos outros deflagrados ao longo do século XIX e XX (Morissawa, 2001).

Uma reflexão fundamental feita pelo MST é de que ele não se caracteriza como uma organização típica conforme estabelecem os modelos clássicos de teoria política da organização. De acordo com estes “manuais” haveria três tipos de instrumentos políticos de luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Primeiro, o movimento sindical, que teria centralidade nas lutas econômicas e defesa das conquistas dos sindicalizados e/ou categoria representada; segundo, o movimento popular que faria a luta por melhorias sociais, direitos, políticas públicas etc. de segmentos mais amplos; e, terceiro, o Partido que seria o portador de um projeto da classe abrangendo todos os setores, categorias filiadas e incumbido da tarefa de projetar uma estratégia para a transformação radical da sociedade<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Via de regra, esta concepção de teoria da organização, facilmente encontrada nos escritos de Lênin, é dominante no conjunto dos partidos de esquerda.



Na prática o MST é um “instrumento híbrido” destas três formas e, ao mesmo tempo, não se entende apenas por elas como discutiremos. Sua natureza ou caráter se define como um movimento de massas, sindical, político e popular. Ao sintetizar esse caráter com as três formas em sua práxis política, o MST construiu uma “nova engenharia”, um novo “jeito” de fazer luta social com autonomia e identidade própria a partir dos símbolos: bandeira, hino, programa político, valores e princípios próprios que, guardada proporções, alterou o modo de se fazer movimento social (MST 2021, p.09).

Na análise de Moura, após cem anos da destruição do movimento camponês de Canudos (1896-1897), o MST apareceu como uma espécie de “fênix renascida”, dando novo sentido à luta pela terra, subvertendo as violências e genocídios seculares que permeiam a construção história desse país e apresentando um potencial de mudança radical na sociedade. Tanto Canudos como o MST, na apreensão de Alípio Freire apresentando o livro citado, seriam “parte de uma mesma cadeia de resistência ao monopólio da propriedade da terra em nosso país” (Moura, 2000, p.14). Assim, ao afirmar a transformação da realidade social brasileira pelo caminho da desobediência civil, o MST aproxima-se das posições revolucionárias, ao mesmo tempo que procura:

articular um projeto nacional da base de unidade estrutural e dinâmica entre rural e o urbano, o sem-terra e o sem-teto, o desempregado das favelas e o camponês sem-terra, entre o operário industrial e o assalariado agrícola (Moura, 2000, p.144).

Muito além da parcela de trabalhadores e trabalhadoras que possuem o privilégio de um emprego formal, há milhões de brasileiros que lutam cotidianamente para sobreviver sem emprego

diante da reprodução crítica do capital que, por sua vez, explicita a crise do próprio trabalho. No entanto, não há uma correlação imediata entre desemprego, empobrecimento, expropriação e mobilização social, luta antissistema etc. Apenas eventualmente, sob determinadas situações conjunturais, este conjunto de trabalhadores sem emprego se coloca em luta. Diante deste cenário desolador, as ocupações por terra e moradia ganharam espaço, sobretudo na década de 90, como alternativa de sobrevivência para essa massa empobrecida e impossibilitada de se reproduzir por meio do trabalho assalariado.

## **Organicidade e o método do MST**

Atualmente o Movimento está organizado em 23 estados mais o Distrito Federal e, assim como outros movimentos sociais do mesmo período histórico, foi construído para ser um instrumento de mediação e encaminhamento das pautas e objetivos do conjunto da categoria *sem-terra*, bem como articulá-las às lutas e reivindicações mais gerais dos demais segmentos da classe trabalhadora.

Para alcançar uma territorialização nacional foi central estabelecer um método, um “eixo unificador” interno para mobilizar trabalhadores/as, fazer as disputas na sociedade e alcançar os objetivos definidos (MST, 2023, p. 40). Para isso o Movimento construiu uma identidade própria e um “jeito de fazer” que passou a ser conceituado como sua *organicidade*, sua forma particular de organização. Esta é baseada em princípios organizativos dentro de um método de direção e subordinada a uma estratégia com objetivos políticos de curto, médio e longo prazo. A prática da organicidade permite a socialização da cultura política construída pelo Movimento

ao longo de sua trajetória e, ao mesmo tempo, a revitalização e contraste desta experiência à luz das contradições inerentes à própria realidade cotidiana.

A organicidade possui elementos filosóficos e organizativos do tipo de organização que é necessário estruturar para realizar as ações políticas, por isso combina a elaboração teórica com a materialização do Programa de Reforma Agrária Popular (RAP) e do projeto de transformação social estrutural (*idem*). É por meio dela que se elabora, implementa e se avalia determinada linha política, ação e tomada de decisão tanto no específico do setor, coletivo, brigada de militantes; como na escala local do assentamento, acampamento, centro de formação e/ou secretaria, etc. É o que possibilita a transformação da força das massas em força política organizada.

Metaforicamente a organicidade seria como *vasos comunicantes* de um corpo vivo (como o solo), que transporta oxigênio e nutrientes imprescindíveis ao bom funcionamento e desenvolvimento do organismo por ela articulado. A energia desse “corpo”, na formulação do Movimento, vem da *mística* (de um mistério), como o pulsar de um coração que “está no sujeito como o calor está no corpo que o mantém quente o suficiente, proporcionando-lhe vitalidade e satisfação”. Nas palavras de Ademar Bogo, a mística seria a antecipação daquilo “que deverá vir a ser ao mesmo tempo que está sendo” (Caldart *et al.* 2012, p. 476).

Um fundamento decisivo para alicerçar a unidade nacional do Movimento é a formação política e ideológica. A formação no MST está vinculada a seu método de trabalho, de direção e planejamento, ou seja, a seu projeto político, por isso “nunca pode ser dogmática, nem espontaneísta, mas preparada, planejada, combinada com os

objetivos estratégicos” e sim concebida como uma totalidade, como cultura política, como “a arte de organizar o povo” (MST, 2023, p. 15-17). A luta, a ocupação, a marcha possibilitam saltos surpreendentes na consciência de um trabalhador ou trabalhadora, pois permite romper com aspectos da dominação ideológica que os impõem à submissão à “ordem”, ao poder superior do Estado, do patrão, do fazendeiro etc. No entanto, há dimensões da formação da consciência que não se resolvem desta forma, passam pela escolarização e superação do analfabetismo tão persistente no meio rural e nas periferias urbanas; pela assimilação de conhecimentos técnicos, pelo enfrentamento do patriarcado, do racismo e relações de exploração.

O MST construiu uma proposta de educação do campo, pautou e lutou pela criação do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA) em 1997 e hoje defende a conquista de mais de 2 mil escolas em áreas de reforma agrária, além de investir na construção de suas próprias escolas e centros de educação, formação e capacitação técnica. São exemplos a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), o Instituto Josué de Castro (Iterra) e o Instituto Educar na região Sul; a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, o Centro de Formação Paulo Freire localizados na região Nordeste; o Instituto de Agroecologia Latino Americano (IALA), na região amazônica; o Centro de Formação Maria Olinda (CEFORMA), a Escola Popular Rosa Luxemburgo, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) na região Sudeste e inúmeras outras escolas de agroecologia e centros, institutos e escolas espalhados pelo país.

Mais do que os espaços físicos, a própria pedagogia do Movimento, ou seja, a coletividade dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra se objetiva como “o sujeito educador principal” e deve ser

entendida “como teoria e prática da formação humana” (Caldart *et al.* 2012, p. 548). Por isso o público desses cursos (formais ou não-formais) perpassam diversos movimentos sociais, militantes da classe trabalhadora brasileira, latino-americana e, inclusive, dos demais países e continentes. O MST compreendeu desde o início a importância das alianças e do apoio externo, tanto como estratégia de sobrevivência diante da repressão, como acumular forças para transformações políticas mais profundas. Não fosse o acúmulo de lutas que o antecedeu, somado ao empenho fundamental de agentes pastorais, militantes da Teologia da Libertação e demais grupos em criar as condições necessárias, dificilmente ele teria surgido.

Nesse sentido o Movimento se constituiu e se consolidou a partir da solidariedade de muitas pessoas e coletivos, inclusive, amigos e amigas de outros países. Esta inspiração se tornou um princípio militante e tarefa permanente do Movimento, tanto a solidariedade como o *internacionalismo*, por isso mantêm na atualidade uma rede de relações que entrelaça todos os continentes e um conjunto de países e organizações que lutam pela libertação dos povos e contra o sistema capitalista. Dos vários exemplos neste sentido, podemos citar o apoio público do MST à resistência do povo palestino, ao zapatistas do México, ao povo curdo no leste da Turquia e países adjacentes, à luta pela soberania dos saarauís organizados na Frente Polisário no Saara ocidental (norte da África), aos indígenas e quilombolas brasileiros e diversas coletividades que lutam e resistem por seus territórios e pelo direito de existência.

O estabelecimento de relações de solidariedade e a construção do internacionalismo pelo MST, são definidos por suas ações concretas ao defender, reivindicar e estudar os processos e movimentos populares de luta de outros países, ao fazer campanhas

de apoio e ao enviar militantes em brigadas internacionalistas para intercâmbio nas áreas de agroecologia, produção, educação e formação como já ocorrido na Venezuela, Haiti, Cuba, Honduras, El Salvador, Bolívia, Paraguai, Guatemala, Timor Leste, China, Moçambique, África do Sul e Zâmbia (Tricontinental, 2024, p. 31). Para unificar processos e projetar linhas políticas de ação dos movimentos do campo, de sem-terra, negros/quilombolas, indígenas e camponeses da América Latina, Caribe e mundo, o MST impulsionou e se envolveu diretamente na construção de alguns instrumentos e espaços de articulação como a Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) criada em 1994 e que reúne 84 organizações de 18 países da América Latina e Caribe; a Via Campesina Internacional (na qual a CLOC se insere) criada em Manágua (Nicarágua) em 1992 e oficializada na Bélgica em 1993, na sua primeira conferência internacional que reuniu quase duas centenas de organizações de países de cinco continentes; também a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba Movimientos) e a Assembleia Internacional dos Povos (Tricontinental, 2024, 30).

A prática do internacionalismo está na essência da construção do MST. Desde suas origens se inspirou em experiências de luta da história brasileira e de outros países, a exemplo da revolução mexicana de Emiliano Zapata e Pancho Villa em 1910, cujo lema foi retomado nas primeiras palavras de ordem do Movimento como “*terra para quem nela trabalha*”. Esta frase para os camponeses naquele momento, certamente fazia mais sentido por seu conteúdo autoexplicativo do que propriamente por estar vinculada a um processo revolucionário, pois representava uma posição contra a terra improdutiva, ociosa e a disposição deles em cultivá-la (Stédile; Fernandes, 2012).

Ela informava a consciência sobre um elemento fundamental da realidade fundiária brasileira que era o latifúndio por extensão, improdutivo e comandado por fazendeiros absenteístas, que sequer residiam sobre a terra. Ou seja, afirmava um ponto decisivo do Estatuto da Terra de 1964, primeira lei brasileira a tratar da questão da terra e instituir um órgão público para implementar a reforma agrária (o atual Incra), ademais de consolidar o instituto legal da desapropriação de latifúndios pelo poder público. Desse modo, a frase também explícita de forma imediata seu conteúdo de classe, no sentido de quem é “merecedor da terra” é quem nela trabalha e vive e não quem tem o seu registro, a sua propriedade jurídica (*Idem*, p. 38).

### **O Golpe contra a reforma agrária em 1964**

Para contextualizar as disputas e o ambiente político no qual foi criado o MST, é importante fazer algumas considerações sobre o Golpe empresarial-militar de 64 e o regime ditatorial instalado para bloquear e inviabilizar a reforma agrária. O Golpe teve um caráter de contrarrevolução preventiva na análise de Florestan Fernandes (2019), efetivado para impor uma ditadura autocrática pró-expansão do capital e para “superação” do atraso pós-colonial, quer dizer, saltar à modernização recuperadora, mesmo que de forma retardatária (Kurz, 1993, p. 177).

Ele pavimentou uma via própria de modernização conservadora (sem reformas estruturais), na forma de uma autocracia burguesa, atrelada diretamente aos interesses do capital internacional por um lado e, por outro, preservando interesses domésticos de grandes proprietários rurais e grupos econômicos.

Deste modo, ele encerrou a possibilidade de realização de uma ampla reforma agrária como via para o desenvolvimento do capitalismo, semelhante ao que ocorrera um século antes nos países centrais da economia global. Nestes, o espaço rural foi estruturado para produção de matérias primas à expansão da indústria manufatureira e dinamização do mercado interno (Stédile, 2011).

O debate em torno da reforma agrária estava em alta no final dos anos 1950 e início dos 60, sobretudo, devido aos esforços dos doze parlamentares do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre eles, o senador Luiz Carlos Prestes que apresentou pela primeira vez um projeto de lei de reforma agrária ampla e, mesmo derrotado, influenciou na constituinte de 1946. Como resultado foi estabelecido uma conceituação sobre a propriedade da terra no texto final daquela Constituição, na qual ela “deveria estar vinculada ao *uso social* para produção” (Stédile, 2011, p.19). Depois do PCB, em 1954 o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também apresentou uma proposta que não prosperou e, em 1963, foi a vez do deputado federal Leonel Brizola que apresentou uma proposta sintonizada com o debate da esquerda da época, também rejeitada sob argumento de excessivamente radical (*idem*, p.20).

Pouco tempo antes, na condição de governador do Rio Grande do Sul, Brizola havia desapropriado aproximadamente 25 mil hectares de terra improdutiva da Fazenda Sarandi, ocupada por colonos sem-terra ligados ao recém-criado MASTER. Buscando conciliar os diferentes interesses sobre a imensa área, o governador organizou a seguinte distribuição da terra: vendeu cerca de 13 mil hectares aos colonos; realizou loteamento em 8 mil hectares; e deixou pouco mais de 3 mil aos empresários que formaram as fazendas Macali e Brilhante. A ação de Brizola apontava a disposição do PTB



em levar adiante as reformas de base, tendo a reforma agrária como sua centralidade, mas a partir de três dimensões. Primeiro, a reforma agrária deveria contemplar os distintos interesses sobre a terra; segundo, o Governo deveria coordenar e dar a direção para os movimentos camponeses de reivindicação; e terceiro, a mediação entre “a necessidade da terra e a sua conquista deveriam dar-se pela relação entre o partido político e as articulações diretas com o Executivo” (IOKOI, 1996, p.74).

Acompanhando de perto toda essa agitação política desde o final da segunda grande guerra, o governo norte-americano procurava aumentar sua influência mundial dentro da geopolítica da “guerra-fria”, por isso era fundamental estabelecer sua hegemonia na América Latina e Caribe. Fosse pela dissuasão de forças contrárias ou por meio da instalação de golpes antidemocráticos. Neste intuito, os EUA passaram a investir em projetos e propostas de integração para o “fortalecimento da democracia” e de “distensão” dos territórios pobres e/ou com atuação de movimentos rebeldes e potencialmente revolucionários. Um bom exemplo desta estratégia foi a *Aliança para o Progresso* que previa em seu discurso modernizante, a realização da reforma agrária nos países latino-americanos (Stédile, 2011, p. 31).

Sob pressão de diversos segmentos, sobretudo dos apoiadores que davam sustentação a seu governo populista, João Goulart, que já havia participado pessoalmente junto com o então ministro Tancredo Neves do primeiro Congresso Nacional de Camponeses realizado em Belo Horizonte em 1961, promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, na expectativa de estancar os conflitos com este setor. Quando se viu isolado e contando com apoio apenas dos aliados do campo mais à esquerda, passou a

adotar um discurso mais contundente pró-reformas de base e de defesa da reforma agrária como um caminho necessário para o desenvolvimento, erradicação da fome e, inclusive, atenuação dos conflitos internos. Passou a anunciar decretos de desapropriação de áreas às margens das rodovias federais e criticar a forma indenizatória da desapropriação de terras vigente, da qual sugeriu alterar a legislação para fixar o pagamento na forma dos chamados Títulos da Dívida Agrária (TDA).

O anúncio dessas medidas provocou fortes reações da oposição, especialmente no Congresso Nacional da época, formado majoritariamente por parlamentares ruralistas e, em grande medida, ligados a entidades como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), sediada em São Paulo desde sua fundação em 1919, e contrária às medidas. A SRB representava o poder do latifúndio e do dinheiro, aglutinando pecuaristas, cafeicultores, em uma sociedade patriarcal e de interesses patronais. Foi um dos braços ideológicos e articuladores do Golpe, desempenhando um papel importante junto aos proprietários na oposição política e tramias golpistas contra o governo Juscelino Kubitschek e na derrubada de Jango da presidência, a quem acusava de favorecer os “subversivos” (Welch, 2010, p.25).

Os militares operacionalizam o Golpe, contudo a sua coordenação era ampla e alinhada aos mais diversos interesses de setores da burguesia brasileira e externa. A ditadura se assentou sobre uma obsessão tecnocrática, rígida na repressão aos trabalhadores e com projeções megalomaniacas pelo interior do país, via de regra, impulsionadas pelo Plano nacional de Integração (PIN) e de colonização (PIC) com desdobramentos devastadores para o meio

ambiente, as populações do campo e, particularmente, os povos indígenas com a abertura de estradas e invasão de seus territórios.

O expansionismo rodoviário tem seu exemplo mais doloroso na região norte, sob os motes “integrar para não entregar” e “Amazônia: uma terra sem homens para homens sem-terra”, a abertura de estradas escancarou com virulência o caráter colonizador devastador do ímpeto modernizante. São testemunhas do *rodoviarismo* desse período nefasto o traçado das rodovias Brasília-Cuiabá-Porto Velho (BR-364) ligando Rondônia, a Cuiabá-Santarém (BR-163), a Porto Velho-Manaus (BR-319) e a Transamazônica (BR-230), obra projetada para ligar Cabedelo na Paraíba até Lábrea no oeste do Amazonas, atravessando cidades como Teresina no Piauí, Itaituba e Marabá no Pará (Stédile, 2011, p. 33). Para atuar nessas áreas os generais criaram o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM) que, entre outras atribuições, deveriam “gerir” os conflitos “e conter a influência da igreja” envolvida nos litígios de posseiros e indígenas na região (Morissawa, 2001, p. 103).

O projeto ditatorial para o campo, denominado eufemisticamente de “Revolução Verde”, foi supostamente estruturado para tornar “produtivo” o latifúndio improdutivo, com desenvolvimento de tecnologias, maquinários, implementos, melhoramento genético e construção de grandes complexos produtivos. A industrialização da agricultura brasileira foi fomentada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), somado desenvolvimento técnico e tecnológico do capital para expandir sobre grandes biomas, como exemplo, o Cerrado para produção de grãos a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Isto significou entre as décadas de 60 e 80 a

incorporação de 120 milhões de hectares voltados à produção agropecuária (Stropasolas, 2024). No entanto, sob o ângulo do impacto social e ambiental foi devastador o avanço sobre grandes áreas florestais e de mananciais convertidas à produção pecuária, da soja, milho e de cana-de-açúcar com a criação do Proálcool na década de 1970.

A expansão do capital no campo expulsou milhões de pessoas desempregadas para as cidades, elevou a concentração fundiária e a pobreza. Não obstante, a exaltação do período militar por uma parcela da sociedade alinhada à extrema direita nos dias atuais, a verdade inconveniente é que o crescimento econômico dos militares não se sustentou e refletiu nos anos 1980 em crise aguda, com desemprego, alta da inflação, pobreza extrema, endividamento do Estado etc. Em suma, refletiu num conjunto de problemas que evidenciaram o Brasil como um dos países mais desiguais do planeta (Morissawa, 2001).

O saldo social e econômico expôs a tragédia da modernização brasileira a partir do momento em que não foi mais possível ao Estado, imerso no sistema do capital em crise, oferecer as mesmas condições monetárias, fiscais e creditícias que sustentaram o programa econômico da autocracia burguesa. É o caso, por exemplo, do exaurimento das possibilidades do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND's) do Governo Médici (atribuída à crise do petróleo em 1973-74), que pôs fim à falácia do “milagre econômico” e entrou em colapso com a crise do fordismo e a reestruturação internacional no padrão de reprodução do capital global.

Roberto Schwarz ao resenhar o ‘livro audacioso’ de Robert Kurz sobre “O colapso da modernização” em 1992, apresentou uma análise crítica da situação brasileira afirmando que apesar dos

subsídios, endividamentos e decênios de sacrifício humano brutal, a prometida modernização da sociedade, quer dizer, a sua reprodução coerente no âmbito do mercado global, não se realizou e agora é uma possibilidade ainda mais remota.

A situação de vários países da América Latina hoje se pode caracterizar como de “desindustrialização endividada”, como populações compostas de não-pessoas sociais, ou seja, de sujeitos monetários desprovidos de dinheiro (Kurz, 1993, p. 12-13).

A modernização dos militares revelou-se um fracasso econômico e uma catástrofe social, impactou na redefinição espacial do território brasileiro, produzindo uma sociedade fortemente urbanizada, profundamente cindida, empobrecida e massivamente desempregada. No meio rural a concentração fundiária atingiu um recorde histórico para o período, colocando o Brasil entre os países com maior desigualdade global entre ricos e pobres, entre proprietários e despossuídos. Foi este o contexto de reorganização dos movimentos sociais no campo e na cidade, forçando a abertura política e retomada formal da democracia no final dos anos 1970 e início dos 80 aproveitando inviabilidade de continuação do regime.

Se por um lado a ditadura perseguia, prendia e torturava trabalhadores/as considerados/as subversivos, por outro ela mantinha relativa proximidade com o movimento sindical por ela autorizado. Desde a publicação do ETR estava previsto a ampliação de direitos e políticas assistenciais para os trabalhadores rurais, deste modo os militares “controlavam” os sindicatos através do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), a eles repassados e geridos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Isso permitia assistência médica, odontológica, jurídica e de aposentadoria, fazendo os sindicatos

“servirem como principal agência de serviço social para a população carente da zona rural”, obviamente “também permitiu que alguns deles se tornassem feudos corruptos” em relação ao dinheiro repassado pelo Governo e na definição de quem eram “os eleitos” para receber os benefícios (Welch, 2010, p. 430).

Igualmente óbvio que esse *assistencialismo* sindical não resolveria o problema da superexploração do trabalho no campo, por este motivo intensificaram-se mobilizações no interior do país, sendo que a maior delas desde 64 foi a greve dos canavieiros de Pernambuco em 1979. Esta deixou dezenas de usinas de cana-de-açúcar paradas e envolveu mais de cem mil trabalhadores rurais, além de inspirar movimentos grevistas Brasil adentro como as revoltas de Guariba em 1984 e de Leme em 86 no estado de São Paulo.

Avaliando a situação dos sindicatos cooptados pelo regime sob a estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e crítica à estratégia do PCB de “aliança” à burguesia nacional e do sindicalismo rural como caminho para o socialismo sem considerar o papel dos camponeses - que inevitavelmente iria se proletarizar - (Welch, 2010, p. 35), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) juntamente às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas ao setor progressista da igreja católica, formavam novas lideranças e estavam atentas aos conflitos no campo e às manifestações dos trabalhadores/as rurais nos estados.

Um impulso decisivo foi dado entre os anos de 1979 e 1983 com reuniões e articulações feitas pela CPT, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outros agentes, sobre os conflitos e ocupações de terra em todo o país. Estas ações somadas às greves no Nordeste, a luta dos seringueiros no Acre e inúmeras outras lutas acontecendo nos estados influenciaram na iniciativa dos agricultores

sem-terra, após extrusão da reserva de Nonoai (RS), à rejeitarem migrar para as áreas de colonização e ocuparem as glebas Macali e Brilhante (Fazenda Sarandi) em 1979, formando o Acampamento Encruzilhada e Natalino para lutar pela terra no estado (Stedile; Fernandes, 2012, p. 19). É em meio a esse movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais em luta pela terra em várias regiões, nos anos finais da ditadura, que foi criado o instrumento político-organizativo denominado MST (Morissawa, 2001).

### **O MST na luta pela terra e seus inimigos**

Em sua Carta de fundação, no primeiro encontro nacional entre os dias 20 e 22 de janeiro em Cascavel, no Paraná, o MST denunciou problemas sociais decorrentes da Ditadura e do modelo agrário-exportador do capital que forçaram milhões de pessoas a migrarem do campo à cidade; a exploração e violência no campo que havia vitimado 116 trabalhadores só no ano de 1983 e conclamou os trabalhadores e trabalhadoras rurais (posseiros, meeiros, arrendatários etc.) a não apenas se defenderem, mas começarem a lutar pela reconquista da terra (Morissawa, 2001, p. 139).

Esse período inaugura o capítulo brasileiro do colapso da modernização na medida em que os/as milhões de expulsos/as do campo não foram inseridos na mesma proporção na indústria. Esse fato também nos informa sobre os limites do sindicalismo que se organizou no período, pois esse conjunto de pessoas não empregadas formalmente não têm instrumento de representação política diante do Estado. Este é o espaço que foi sendo cada vez mais ocupado pelos movimentos sociais, por igrejas (especialmente neopentecostais), pelo crime organizado e assim por diante.

A gênese do MST também deve ser considerada como resultado do processo da elaboração crítica sobre as derrotas e estratégias políticas que o antecederam, pois, não foi por acaso que o Movimento passou a defender a ocupação do latifúndio para sua consolidação como instrumento legítimo de luta pelo direito à terra e à reforma agrária. Nisso combinando luta direta com luta institucional para responder às demandas da categoria sem-terra e à estratégia de acúmulo de forças para uma transformação mais ampla da sociedade, que seria a transição socialista (*idem*).

Nos primeiros anos de expansão do MST para se nacionalizar, sobretudo após a realização de seu Primeiro Congresso Nacional (1985) em Curitiba no Paraná, as principais palavras de ordem empregadas foram: “Ocupação é a única solução”, “Sem reforma agrária, não há democracia”, “Terra para quem nela trabalha e vive” entre outras. As frases entoadas expressam e sintetizam tanto uma tática de diálogo com a sociedade, como uma posição política do Movimento frente à conjuntura de cada época. Nelas estão contidos elementos do Programa e funcionam também como propaganda para disputar ideias e organizar o povo em torno da sua proposta de luta e transformação do campo e da sociedade.

No entanto, a fundação do MST em 1984 e seu enraizamento entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais nos estados, reacendeu os ânimos dos ruralistas que no ano seguinte criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para cumprir o papel sujo da repressão e violência contra os movimentos sociais uma vez que já não podiam mais usar o aparelho estatal para tal fim, ao menos não da forma sistemática como antes a ditadura fazia.

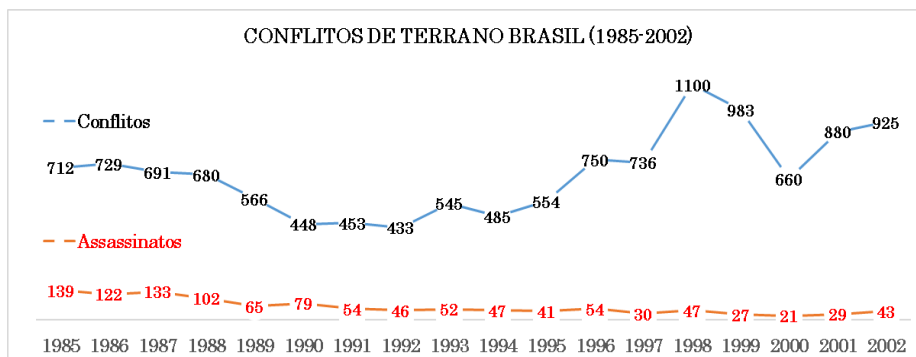
Como é possível verificar no gráfico a seguir, sobre “Conflitos no campo”, a fundação da UDR evidenciou a disposição do latifúndio,



após duas décadas de regime de exceção, em seguir cometendo crimes em nome da propriedade privada e pressionando os governos a não cederem à reivindicação dos movimentos sociais do campo em favor da reforma agrária. Nisso podemos concluir que os ruralistas no período (aglutinados também na antiga SRB e demais representações do capital no campo), tiveram um relativo sucesso ao barrarem o primeiro Plano Nacional de Reforma agrária (PNRA I) elaborado sob coordenação de José Gomes da Silva, então presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Durante o debate constituinte de 1988, além da UDR e SRB, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), Sindicato Nacional dos Pecuáristas de Gado de Corte e etc. atuaram para vetarem propostas em favor da política de reforma agrária no texto constitucional.

Não à toa, conforme expõe o gráfico a seguir, nos três primeiros anos do “fim da ditadura” e após a criação da UDR (entre 1985 e 88) o número de assassinatos no campo em conflitos de terra se manteve num nível bastante elevado, só decaindo após aprovação da Nova Constituição em 1988. Apesar da reação, a articulação dos movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, mais o esforço de parlamentares engajados no tema, conseguiu deixar uma importante “brecha” na lei. Em consonância com a Constituição de 1946, manteve o estabelecimento do acesso à terra como um direito social e condicionou da propriedade da terra ao cumprimento da sua função social, não a deixando (pelo menos juridicamente) como um direito absoluto sobre todos os demais (Stedile, 2011, p. 94).



Fonte: Cadernos de conflitos no campo da CPT (1991, 1995, 2003).

Na segunda metade da década 90, houve nova escalada dos conflitos fundiários atingindo mil e cem ocorrências identificadas entre os anos de 1997 e 98, a despeito do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) negar haver um “problema agrário” na época (Stedile 2012, p. 141). Sua política de criminalização da luta pela terra acirrou as lutas no campo e teve sua explicitação máxima nos massacres de Corumbiara em Rondônia (1995) que vitimou 12 pessoas e de Eldorado dos Carajás no Pará em 1996, que deixou 21 mortos e dezenas de feridos. A repercussão deste massacre ganhou o mundo com a fotografia de Sebastião Salgado, a música de Chico Buarque e as palavras de José Saramago divulgadas na exposição artística intitulada *Terra* (Tricontinental, 2024, p. 07).

No ano seguinte o MST deu uma resposta contundente de luta realizando 180 ocupações em todo país e realizando a “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária”, que mobilizou 1.300 militantes, organizados em três colunas, marchando por um mês até chegarem à Capital Federal no dia 17 de abril com mais de cem mil pessoas em seu ato final (Morissawa, 2001, p. 158-159). A Marcha apresentou o MST como uma força política organizada em escala nacional, denunciou a impunidade dos massacres diante da não-realização da reforma agrária e celebrou pela primeira vez o 17

de abril como o dia internacional de luta pela terra, conforme definido pela Via Campesina Internacional. Também demonstrou para o conjunto dos movimentos sociais, sindical, aos partidos de esquerda e apoiadores da reforma agrária, que não bastariam a alteração das leis e a mudança formal na governança política para conquistarem direitos nos marcos da democracia burguesa.

O descalabro da impunidade nesses e tantos outros crimes ratificou a impotência e fragilidade do “Estado democrático de direito” construído a partir dos anos de ditadura e da Lei de Anistia de 1979 que não puniu os responsáveis pelas atrocidades. A defesa pétrea e irrestrita da propriedade privada foi um dos amálgamas jurídicos e ideológicos de base do golpe de 1964 e tornou-se clausula suprema na Constituição Federal de 1988. Seu artigo quinto estabeleceu, na mesma linha, tanto a “inviolabilidade do direito à vida” como “A inviolabilidade do direito à propriedade privada”, uma equiparação que naturaliza este “direito” (restrito a poucos) como sendo de igual importância ao direito à vida.

Lido corretamente, “a defesa da propriedade privada, vale tanto como defender a vida”! Essa certamente é a interpretação da UDR e de grupos milicianos como o atual *Movimento Invasão Zero* que objetiva “impedir a invasão de propriedades rurais e urbanas com base na Constituição”, conforme descreve sua página na internet e seus líderes em redes sociais. O grupo reúne antigos milicianos da UDR, como o ruralista Ronaldo Caiado, e foi formado por fazendeiros e empresários da região extremo sul da Bahia. São acusados de cometimento de crimes como o assassinato a tiros de Maria Fátima Muniz de Andrade, a “Nega Pataxó”, do povo indígena Pataxó Hã-Hã-Hã em uma ação de retomada de terras (Cimi, 2024).

Como vimos a luta dos sem-terra, dos negros, negras e indígenas, historicamente mobilizou a reação truculenta das elites para se manterem no poder. Por este motivo a história insiste em se repetir como tragédia para estes segmentos criminalizados e violentados pelo Estado e agentes da classe dominante, com “métodos selvagens” e terrorismo sistemático com a certeza de que “estruturas de poder garantem-lhes a impunidade” (MOURA, 2000, p.199).

### **Desafios à reforma agrária nos quarenta anos do MST**

A perspectiva de realização da reforma agrária como condição para desenvolvimento do capitalismo, aos moldes clássicos, como ocorrido na França, Japão e EUA, foi bloqueada pelo Golpe de 64 e sepultada pela imposição da malfadada “revolução verde”. O que se seguiu posteriormente foi a ratificação desta impossibilidade em governos subsequentes. Primeiro com o esvaziamento do I PNRA no Governo Sarney (1985-90) que previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias em apenas quatro anos<sup>3</sup> e depois aliando repressão e revisão conceitual da noção de reforma agrária, buscando esvaziá-la de sentido. Esta foi considerada superada e restrita a uma “política de assentamentos rurais” e de fortalecimento do que se passou a chamar de agricultura familiar, articulada via Banco Mundial e subordinada às grandes empresas do capital financeiro, seguindo o modelo norteamericano (Stedile; Fernandes, 2012, p. 140).

A bem da verdade, a elite brasileira (ruralista) nunca quis realizar esse tipo de reforma, pois a formação brasileira escravista-colonial e dependente externamente, se constituiu baseada na

---

<sup>3</sup> Essa proposta se insere dentro de uma “visão clássica, de que era possível fazer uma grande reforma na estrutura da propriedade da terra, dentro do capitalismo, e desenvolver as forças produtivas do país” (Stédile; Fernandes, 2012, p. 161).

agricultura de exportação e na grande propriedade (Stedile; Fernandes, 2012, p. 159-160). A política de anti-reforma agrária dos militares e especialmente dos governos que se seguiram, não tiveram como objetivo o desenvolvimento industrial do país, visto que, desde o final dos anos 1970 “começaram a aparecer os primeiros sinais da crise da indústria brasileira, que irá se prolongar por toda a década de 1980, conhecida como a ‘década perdida’” (*Idem*, p. 18).

Economicamente há um problema substancial entre os anos da ditadura e o período atual, pois, se antes houve uma reciprocidade entre a repressão e a modernização do país com expansão do capital<sup>4</sup> e formação de um denso operariado urbano-fabril, agora o que se coloca é o desfecho dos limites dessa expansão. Observado especialmente nas tentativas do capital de manter taxas de lucro, predominantemente, no âmbito financeiro e não na intensificação da produção industrial ou no aumento do número de empregados com “carteira assinada”. Ao contrário, há expulsão de trabalhadores/as, pois foi deslocado o núcleo dinâmico de reprodução do capital nas últimas décadas de modo que o “centro da acumulação econômica”, na atualidade, “é o capital financeiro” (Stédile, 2012, p. 139).

A forma de lidar com a crise dos anos 80, sobretudo em relação ao endividamento, foi adotar uma espécie de “fuga para frente”, no sentido original da expressão francesa, “criar a impressão de resolver o problema com uma solução arrojada quando se está na verdade a fugir dele” (Ricupero, 2000). Esta expressão sintetiza a “solução” adotada por FHC de contrair novos endividamentos externos, por exemplo, com o Fundo Monetário Internacional, para administrar a dívida já existente. Como garantia, impôs uma agenda

---

<sup>4</sup> “Os ritmos de exploração se ampliam à medida que essa modernização é implantada” (Moura, 2000, p. 100).

de privatizações do Estado como a Vale do Rio Doce; a reestruturação do sistema financeiro nacional e aprovação de uma lei de responsabilidade fiscal, não para ele, mas para os governos seguintes. A agenda neoliberal fracassou em contornar a crise, mas revelou a violência do capital, novamente expresso na desvalorização da moeda, retomada da inflação, desemprego, desigualdades etc.

No entanto, o objetivo do Governo FHC em remover o que restava de empecilhos para o aprofundamento da subordinação do Brasil ao capital internacional foi atingido, com especial destaque às concessões e benefícios instituídos às empresas do chamado agronegócio, tanto na isenção de impostos às exportações (Lei Kandir de 1996) e a facilitação das exigências e aumento da área permitida na aquisição de terras por estrangeiros no país. Esta política econômica centralmente voltada à reprodução do capital no campo, via subsídio estatal, foi sacralizada como o “carro chefe” da política econômica dos governos que sucederam a FHC, com destaque os Governos Lula 1 e 2 que encontrou um “cenário favorável” ao aumento das exportações de *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional e solidificou o papel do Estado (por exemplo, via bancos públicos como BNDES) na sustentação desse modelo.

Na dinâmica do comércio exterior, Guilherme Delgado e Sérgio Leite (2022), afirmam a tendência à *reprimarização* da economia brasileira a partir dos anos 2000, com declínio do peso da indústria que passa a figurar em funções coadjuvantes da chamada ‘economia do agronegócio’. De acordo com estes autores, essa não foi uma definição política e econômica convencional de um governo em específico, mas foi convertida em “política de Estado” e perdura há mais de duas décadas com desdobramentos graves do ponto de vista socioeconômico e ambiental, mas “de certa forma interdita ao

debate público” (*ibidem*). Isto demonstra, em suma, que a existência do agronegócio e da política que o sustenta é por si, antidemocrática.

Em vinte anos, de 2000 a 2020, as exportações com destino à China cresceram mais de seis mil por cento em seu valor, saltando de pouco mais de 1,08 bilhões de dólares para mais de 67,68 bilhões respectivamente. O que antes representava 1,97% do valor total das exportações, passou a corresponder em 2020 a 32,40%. Simultaneamente, as importações também cresceram aproximadamente três mil por cento no período, alcançando 21,9% do valor total importado ou 34,77 bilhões de dólares (Delgado; Leite, 2022). No topo das mercadorias exportadas estão os bens primários intensivos em recursos naturais como a soja, o minério de ferro e o petróleo que, obviamente, refletem na expansão territorial da área e da produtividade em seu cultivo e extração no solo brasileiro, acompanhando o aumento da demanda no período analisado.

Não é novidade para ninguém que o impacto tem sido devastador de um modo geral para a natureza e todas as formas de vida, sobretudo nos biomas do Cerrado e Amazônia, mas não é isso que tem preocupado os sucessivos governos que passam por Brasília e sim a variação de preço das commodities no mercado internacional, a capacidade de geração de divisas com saldo positivo da balança comercial e o afamado superávit primário nas contas públicas. Além da garantia de lucros para o empresariado do agro, tais “preocupações” alicerçam (no discurso de apologistas dessa política) as condições de “*governabilidade*”, permite que o Governo “honre os compromissos”, ou seja, empenhando grande parte do orçamento público para atender aos interesses dos capitalistas em geral.

É fato que politicamente esse modelo está “blindado” dentro de um consenso governamental, institucional (abarcando os três

poderes), a maioria dos partidos, a imprensa etc.; ele possui uma hegemonia pois está amalgamado a um pacto de economia política, de acordo com a análise de Delgado e Leite (2022). De modo geral, não há questionamentos desse modelo predatório do agro e sim uma disputa por quem recebe maior recurso para o financiamento das campanhas eleitorais, reflexo disso é sua enorme representatividade no Congresso Nacional com a autodeclarada bancada ruralista. Esta reúne cerca de 324 dos 513 deputados federais na Câmara e 50 dos 81 senadores, sem contar os não declarados, mas que votam junto em diversas pautas pró-agro. Eles possuem força suficiente para impor leis e desregulamentá-las, além de exercer pressão constante sobre os governantes e contra todos que consideram seus inimigos, a exemplo da investida contra o MST na última Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a quarta em duas décadas. “Nenhuma outra organização popular na história do Brasil sofreu tantas tentativas de criminalização pelo Parlamento” (Tricontinental, 2024).

Os dois autores afirmam ainda que a agropecuária brasileira vive um novo momento de expansão das áreas destinadas à produção de commodities, voltadas a atender à crescente demanda chinesa. Por isso esboçam preocupação de que este *produtivismo* agrícola praticado em grande escala, além de disruptor de conflitos sociais e insustentável ambiental e economicamente<sup>5</sup>, está sobrepondo inclusive a antiga noção de ruralidade apoiada na ideia de “fortalecimento da agricultura familiar” (*ibidem*). O reflexo é direto no aumento do preço das terras, cada vez mais atrelada ao mercado global especulativo, que está redefinindo as conexões entre urbano e rural a partir da mediação do capital financeiro. Também atrela-se a

---

<sup>5</sup> Em 2024 foi anunciada a destinação de mais de 400 bilhões de reais para o agronegócio e, aproximadamente, 75 bilhões para a agricultura familiar.



isso o encarecimento no preço dos alimentos e redução da área plantada por exemplo, com o arroz, feijão, etc., desemprego no campo e precarização das condições de vida, particularmente visível na deterioração da saúde, na má qualidade dos alimentos disponíveis aos pobres que ainda conseguem acessá-los no mercado local e regional, bem como na insegurança alimentar que atingiu 60% da população brasileira e, de forma mais grave 33 milhões pessoas em levantamento recente (Delgado; Leite, 2022).

A pandemia de Covid-19 escancarou ainda mais as mazelas sociais da cisão de classe e racial, por isso, mesmo em condições desfavoráveis, o MST lançou logo no início da pandemia uma campanha nacional de solidariedade, feita entre 2020 a 2022, que doou milhares de toneladas de alimentos para comunidades pobres, cozinhas comunitárias, ocupações urbanas e espaços assistenciais ligados às igrejas, torcidas e diversas associações similares. Isso contribuiu de algum modo para que a população brasileira pudesse ter uma dimensão mais correta do papel estratégico desempenha o MST e os assentamentos de reforma agrária.

Na contramão dessas ações, o governo de Jair Bolsonaro intensificou o combate ideológico à reforma agrária e aos movimentos sociais promovendo a política genocida contra a população. Um de seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro (à época no PSL-RJ) chegou a apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC-80 de 2019) para *desconstitucionalizar* a reforma agrária, para inviabilizar sobretudo o artigo 186 da Constituição de 1988 que versa sobre o cumprimento da função social da propriedade da terra, conquistado dentro do contexto que apresentamos no item anterior<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O cumprimento da função social da propriedade é baseado em quatro requisitos: ser produtiva, uso adequado dos recursos naturais, respeito às relações de trabalho e favorecer o bem-estar dos proprietários e colaboradores (Arroyo, 2019).

A rigor, a luta pela reforma agrária do MST, desde sua origem foi por uma reforma agrária popular, fundamentada cotidianamente pela categoria sem-terra em seu devir histórico. Entretanto, a elaboração programática de suas bases teóricas, foi desenvolvida mais detidamente ao longo dos anos 2000 e, especificamente, quando dos debates preparatórios para realização do seu VI Congresso Nacional, realizado em fevereiro de 2014 em Brasília. Não fosse a organização do Movimento junto à sua base assentada e acampada para levarem adiante a tarefa da produção de alimentos e construção prática da agroecologia nos territórios, não seria possível compartilhá-los na pandemia. Por esse motivo é possível afirmar que a luta pela reforma agrária traz em seu cerne o eixo estruturante da reparação histórica à população negra, indígena e sem-terra, espoliados pela Lei de Terras de 1850 e pela modernização excludente dos militares. Dois momentos decisivos na questão agrária brasileira e que alteraram qualitativamente o sentido da luta pela terra no Brasil (Tricontinental, 2024, p. 11 e 12).

O declínio da industrialização brasileira e a inviabilização da reforma agrária capitalista também não foram contrapostas pela alternativa de uma reforma agrária radical e/ou socialista como nos processos revolucionários ocorridos em países como o México em 1910, a Rússia em 1917, China 1949, Cuba em 1959, Vietnã pós-guerra, Nicarágua em 1979, entre outros. À luz destes processos, a proposta reforma agrária popular do MST, tem uma especificidade definida por ele mesmo como uma “proposta de transição”, forjada a partir do desenvolvimento da questão agrária brasileira. É uma síntese que hibridiza elementos extraídos dos processos históricos citados, mas mais do que um programa para reivindicar do Estado sua realização, a reforma agrária popular é também projetada e

construída pelo Movimento em seu próprio dever histórico na luta de classes.

Isto não anula o fato de estabelecer mediações políticas junto à classe trabalhadora em suas lutas e/ou reivindicações e enfrentamentos diante do Estado burguês e seus Governos, via de regra, condicionados pela correlação de forças em relação à hegemonia capitalista mundial. Queremos dizer com isso, que a proposta de reforma agrária do MST também tem seu viés ideológico e estratégico determinado por seu objetivo histórico de construir um projeto popular de agricultura e de Brasil (Stedile; Fernandes, 2012, p. 137; MST, 2023; Caldart *et. al.* 2012). Este é o desafio fundamental para execução do programa de reforma agrária popular, que passa pela necessária alteração da correlação de forças por um amplo movimento de massas, convertido em força social e política de luta para realização a mudança radical. Independente do governo que esteja à frente do Estado, não haverá conquistas e menos ainda transformação na realidade sem a ação política desse movimento.

Essa é a perspectiva na qual se orienta a estratégia do MST e sua política diante dos governos e do Estado, contudo o aprofundamento da crise capitalista não permite cultivar ilusões. Por isso, a formação pela luta, o trabalho e a organização é a referência principal da pedagogia do MST e o que permitiu chegar até aqui. Passados quatro décadas, esta pedagogia centrada na luta pela terra e no enfrentamento ao capital, não deve e não pode ser abandonada se o Movimento quiser continuar existindo como ator político importante para as mudanças necessárias, especialmente para os milhões de homens e mulheres que depositam nele suas esperanças.

## Considerações finais

O mesmo mês e ano em que o MST comemorou seus quarenta anos entraram para a história pela ação da extrema direita bolsonarista durante o ataque golpista de 8 de janeiro em Brasília. A ironia dessa coincidência é que ela sintetiza uma série de impasses presentes no atual “jogo político”, especialmente para aqueles e aquelas sempre dispostos a defender a chamada democracia burguesa sob qualquer circunstância. Ainda estão em fase de elucidação os detalhes do plano golpista, mas a questão central agora é que tipo de resposta será dado pelo Governo, Estado e instituições? E de qual forma isso refletirá na força de mobilização política da extrema direita? O desenrolar desse processo irá influenciar a luta do MST e das organizações de esquerda, uma vez que a extrema direita, articulada em escala global, tem usado as urnas da democracia burguesa para se legitimar e, ao mesmo tempo, insurgir-se contra ela.

A luta pela reforma agrária hoje está profundamente imersa nesse cenário de disputa política. No entanto, é preciso reconhecer que esse é um tema incômodo para o atual governo, que tem “pisado em ovos” ao lidar com ele. Até o momento, não há metas claras para assentamentos e desapropriações anuais, nem uma previsão orçamentária satisfatória para a aquisição de terras. Além disso, falta uma política robusta para enfrentar mais de uma década de estagnação, descaso e ataques à reforma agrária. Já em 2005, durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, o MST expressava sua insatisfação com os rumos do governo que ajudara a eleger, reivindicando a elaboração de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária diante das mudanças causadas pela financeirização da

agricultura (Tricontinental, 2024, p. 7-8). Não surpreende, portanto, que o atual governo Lula continue fortalecendo o agronegócio, concedendo benefícios ao grande capital, como a regulação do mercado de crédito de carbono, e adotando medidas que causam inveja a seus antecessores no apoio direcionado ao setor. No entanto, essas ações não têm sido suficientes para garantir estabilidade ou melhorar os índices de aprovação do governo perante a população.

Diante desse cenário, é urgente compreender as características da crise atual, que se manifesta em múltiplas dimensões. A propriedade da terra, antes considerada pelos capitalistas como um mero “meio de produção” para o ciclo de rotação do capital (acessada por meio de aluguéis e arrendamentos), transformou-se em objeto de especulação e em ativo financeiro para a reprodução fictícia do capital. Esse movimento está diretamente ligado a um mercado de terras em escala internacional, como evidenciam pesquisas sobre regiões como o MATOPIBA, redimensionando os conflitos fundiários, a violência no campo e os desafios para a luta social. Nesse contexto, torna-se imperativo que a sociedade e o Estado brasileiro reflitam sobre a questão da soberania territorial do país, como alertam Delgado e Leite (2022), que denunciam o forte retrocesso na regulação fundiária e a flexibilização dos instrumentos de controle previstos na Constituição, especialmente no que diz respeito à função social da propriedade rural.

O MST surgiu como um movimento dos “de baixo”, dos pobres e excluídos do campo, e busca imprimir um sentido social à sua luta. Seu objetivo é ampliar o diálogo sobre a reforma agrária e estimular uma consciência crítica na sociedade em torno de seu projeto político, transformando a reforma agrária em uma luta de

todos e todas (MST, 2021, p. 12). No entanto, transformar essa bandeira em uma realidade organizativa para a grande maioria da população brasileira continua sendo seu maior desafio. Em um contexto de movimento crescente de especulação sobre a terra e destruição da natureza, a luta do MST toma um sentido muito maior do que conquistar a terra, ainda que esta seja fundamental para a continuidade de sua existência. Esta preocupação deve mobilizar todos aqueles e aquelas preocupadas com as iniquidades sociais e comprometidas/os com a defesa da vida humana e planetária à abolição e rompimento com a lógica reprodutiva do capital.

## Referências

ALIANZA PARA EL PROGRESO. *Documentos Básicos*. Punta Del Este [s.n.], 1961. p. 9-33. Disponível em: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1961-DPA-APE-APP.html>. Acesso em: 13 out. 2024.

ARROYO, Priscilla. Flávio Bolsonaro propõe emenda contra a função social da terra. *De olho nos ruralistas*, 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/06/06/flavio-bolsonaro-propoe-emenda-contr-a-funcao-social-da-terra/>. Acesso em: 13 out. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-14.

CALDART, Roseli Salete et al. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 1990*. Goiânia: CPT Nacional, 1991. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=260&catid=41&m=0>. Acesso em: 08 set. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 1994*. Goiânia: CPT Nacional, 1995. Disponível em:

<https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=256&c atid=41&m=0>. Acesso em: 08 set. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2002*. Goiânia: CPT Nacional, 2003. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=248&c atid=41&m=0>. Acesso em: 08 set. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe é morta por fazendeiros às vistas da PM da Bahia em reintegração ilegal. *Cimi*, 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/01/lideranca-pataxo-ha-ha-hae-e-morta-por-fazendeiros-as-vistas-da-pm-da-bahia-em-reintegracao-ilegal/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DELGADO, Guilherme Costa; LEITE, Sergio Pereira. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. *Revista Rosa*. v.6, 2022. Disponível em: <https://revistarosa.com/6/brasil200/agro-e-tudo>. Acesso em: 05 nov. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IOKOI, Zilda Maria Grícoli. *Igreja e camponeses*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MELITO, LEANDRO. Há 50 anos, Jango defendia a Reforma Agrária na Central do Brasil. *MST*, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/03/13/ha-50-anos-jango-defendia-a-reforma-agraria-na-central-do-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MONCAU, Gabriela. MST completa 40 anos com 'cicatrizes' da luta pela terra e disputa pelo modelo de agricultura no país. *Brasil de Fato*, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/mst-completa-40-anos-e-se-torna-o-movimento-popular-campones-mais-longevo-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 13 out. 2024.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “O MST como força política”. **Caderno de Formação**, n. 54. São Paulo: Setor de Formação do MST, 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “Balanço organizativo do MST: 40 anos em construção”. **Caderno de formação**, n. 64. São Paulo: GEA/Coordenação Nacional do MST, 2023.

RICUPERO, Rubens. Fuga para frente. *Folha de S. Paulo*, 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0907200003.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

STEDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Atual, 2011.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STROPASOLAS, Pedro. Futuro interrompido: como o golpe de 1964 freou o avanço da reforma agrária no Brasil e permitiu a expansão do latifúndio. *Brasil de Fato*, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/19/futuro-interrompido-como-o-golpe-de-1964-freou-o-avanco-da-reforma-agraria-no-brasil-e-permitiu-a-expansao-do-latifundio>. Acesso em: 21 out. 2024.

TRICONTINENTAL. A organização política do MST. **Dossiê**, n. 75. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-75-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-brasil/>, acesso em: 14 de set. 2024.

Submetido em 25/11/2024

Aceito em 04/02/2025